IMPÔSTO DE VENDAS E CONSIGNAÇÕES — IMPÔSTO DE EXPORTAÇÃO — LIMITAÇÕES AO TRÁFEGO POR MEIO DE TRIBUTOS

— O *impôsto chamado de vendas e consignações, lançado pelo Distrito Federal sobre cafés de produção dos Estados limítrofes, destinados à exportação e em trânsito para o exterior, é inconstitucional.*

— *Interpretação dos arts. 19, n.º IV e 27 da Constituição.*

PARECER

Indaga-se, em face do que consta dos autos do recurso extraordinário (n.º 27.507) interposto pela Prefeitura do Distrito Federal, em mandado de segurança impetrado por firmas exportadoras de café, se é admissível o recurso extraordinário interposto, se dêle pode tomar conhecimento o Supremo Tribunal Federal em face do disposto na Constituição federal, art. 101, n.º III, incisos *a, b, c e d.*

O caso é o seguinte:

A Lei municipal n.º 687, de 29 de dezembro de 1951, cre dispõe sobre o impôsto de vendas e consignações, estatui no art. 1.º que: “O impôsto sobre vendas e consignações incide sobre: VII — As vendas a têrmo, quando liquidadas pela entrega das mercadorias”, declarando, no art. 3.º, letra *m*, estarem isentas do impôsto “as operações internas de café cru e algodão, quaisquer que sejam suas modalidades, quando registradas na Junta de Corretores de Mercadorias do Rio de Janeiro.” E, estabelecida no art. 4.º a taxa do impôsto (2,7%) manda seja êle calculado:

“*i*) nas vendas realizadas por comprador domiciliado fora do território nacional, sobre o valor da fatura comercial, convertido ao câmbio do dia, quando em moeda estrangeira, e ainda sobre o ágio, nas operações vinculadas a importações.”

Ora, argumentam os recorridos, o impôsto municipal que grava os cafés exportados, é inconstitucional, e contrário, outrossim, à Lei Orgânica do Distrito Federal.

Inconstitucional, 1.º) porque viola o disposto no art. 19, § 5.º, da Constituição federal, quando amplia o âmbito da incidência do impôsto, tributando operações realizadas entre o vendedor no território nacional e o comprador em país estrangeiro, fora, portanto, do lido conceito do impôsto de vendas e consignações; 2.º) porque, sob o falso *nomen juris* de *impôsto de vendas e consignações*, institui um verdadeiro impôsto de exportação sobre mercadorias, que não são de sua própria produção, notôriamente sabido como é que os cafés exportados pelo pôrto do Rio de Janeiro para o exterior procedem dos Estados de Minas Gerais, Goiás, Rio de Janeiro e Espírito Santo; 3.º) por infringir o art. 27 da Constituição federal, estabelecendo, por meio dêsse tributo, limitações ao tráfego das mercadorias dos Estados exportadores, cuja economia pode ser prejudicada até a asfixia por tributos dessa natureza.

Assim procedendo, a lei tributária incriminada infringe por igual a disposição do art. 2.º, n.º V, letra *d*, da Lei Orgânica do Distrito Federal, que

reproduz o preceito do art. 10, n.º V, da Constituição federal.

Qual foi a decisão da Justiça local sobre o litígio? Sentenciou contra qualquer dispositivo da Constituição federal, ou contra a letra de lei federal? Não. Não há lei federal, cujos preceitos se envolvam no caso. O que se julgou inconstitucional foram os preceitos de uma lei tributária municipal. E o que fez a decisão recorrida foi sustentar preceitos da Constituição federal, que interpretou, como lhe pareceu acertado, fulminando uma *lei local* que os violava. O julgado manteve a supremacia da Constituição contra os dispositivos de uma lei *local*, que envolviam uma ofensa aos seus preceitos.

A controvérsia sobre a correta interpretação da lei federal — na espécie, — a Constituição — só se poderá dirimir se se apontar outro julgado, seja do Supremo Tribunal Federal, seja de outro tribunal local, que haja dado aos preceitos constitucionais invocados uma interpretação divergente da que lhe deu neste julgado a Justiça local. Mas então será o caso da letra *d*, do art. 101, n.º III, não da letra *a*.

A *sentença inconstitucional*, de que fala Castro Nunes, não é a que, dentre as interpretações possíveis do texto constitucional, adota uma que o Tribunal considera menos acertada; é a que *viola frontalmente* o texto, negando um direito que a Constituição *manifestamente* assegura, ou atribuindo um direito, uma faculdade, uma prerrogativa que ela *indiscutivelmente* nega, ou que não resulta *por legítima e irrecusável* inferência dos preceitos constitucionais.

Só desta maneira se poderá, traçando a linha divisória, discriminar a preliminar do cabimento do recurso, com fundamento na letra *a*, do mérito da questão. Pois esta linha demarcatória se há de necessariamente encontrar, sob pena de se confundir a preliminar com o mérito. O mérito é se é possível, ou não, a conciliação entre os preceitos da lei tributária local e os dispositivos constitucionais. Mas a preliminar do cabimento do recurso exige e pressupõe que a sentença do tribunal local,

da qual se interpôs recurso, haja preterido o império da Constituição considerando válida uma lei local argüida de inconstitucional.

O caso, portanto, não se enquadra no dispositivo da letra *a* do art. 101, n.º III, da Constituição federal.

Quanto à letra *d*?

Alega-se que, na decisão recorrida, interpretação da lei federal — *scilicet*, da Constituição, diverge da que lhe deu o acórdão do Colendo Supremo Tribunal Federal, proferido nos autos do recurso extraordinário n.º 7.557, de 5 de setembro de 1947, constante da *Revista Forense*, vol. 116, pág. 457. Advirta-se na sutileza: *constante* e não publicado na citada *Revista*.

Efetivamente, na *Jurisprudência resumida* que publica, no volume e páginas citadas, a *Revista Forense*, depara-se-nos o seguinte:

“Imposto de vendas e consignações — Lugar da operação

“Não é exigível pelo Estado o imposto de vendas e consignações de mercadorias produzidas em outro local, onde é feito o pagamento do imposto. Deve-se a contribuição no lugar em que se efetuar a operação” (Rec. extraordinário n.º 7.557, acórdão unânime da 2.ª Turma do Supremo Tribunal Federal, em 5 de setembro de 1947).”

Não se deu ao trabalho a recorrente de solicitar da *Revista Forense* cópia autenticada da decisão invocada, para se instituir um confronto entre esta e o acórdão recorrido, que evidenciasse a divergência pretendida. Do sumário ou ementa, publicado, semelhante divergência não é, absolutamente, reconhecível. Não se discute neste processo se o Distrito Federal pode *em tese* cobrar imposto sobre vendas efetuadas dentro do seu território. O objeto da controvérsia é muito outro. Trata-se de saber: 1.º) se o Distrito Federal pode cobrar imposto de vendas e consignações sobre uma transação, um negócio de exportação, que não se conclui no seu território, mas no exterior; 2.º) se este imposto, designado por um errado *nomen juris*, não é, na realidade, um *imposto de exportação*, que

recai sobre mercadoria não produzida no seu território, infringindo, assim, a um tempo, o art. 19, n.º V, da Constituição federal e o art. 2.º, n.º V, letra e, da Lei Orgânica do Distrito Federal (Lei n.º 217, de 15 de janeiro de 1948).

Ora, pelo que se pode depreender do resumo da decisão proferida no recurso extraordinário n.º 7.557 e constante da *Revista Forense*, nenhuma destas questões foi sequer afluada no acórdão invocado como divergente da decisão ora recorrida.

Logo, como nenhuma outra decisão foi apontada que dissentisse do que resolveu o acórdão recorrido, proferido no presente mandado de segurança, o recurso extraordinário não depara fundamento na letra *d* do art. 101, n.º III, da Constituição federal.

Em conclusão: nem com apoio na letra *a*, nem com esteio na letra *d* do art. 101, n.º III, da Constituição federal, tem cabimento o presente recurso extraordinário, do qual, norteado pela sua jurisprudência, penso não poderá tomar conhecimento o egrégio Supremo Tribunal Federal.

De Meritis: — Dispõe a Constituição federal, no art. 19, n.º IV, que, aos Estados compete decretar, entre outros impostos, o de: “IV — Vendas e consignações efetuadas por comerciantes e produtores, inclusive industriais, isenta, porém, a primeira operação do pequeno produtor, conforme o definir a lei estadual.” No mesmo artigo, § 5.º, preceitua-se que “o imposto sobre vendas e consignações será uniforme, sem distinção de procedência ou destino.”

Ouçamos Pontes de Miranda nos seus *Comentários à Constituição de 1946*, 2.ª ed., vol. II, pág. 85:

“O conceito do imposto ou de taxa é determinado por explícita regra jurídica, ou resulta da história do imposto, ou da taxa, *conforme foi recebido* na Constituição. O imposto sobre vendas e consignações, por exemplo, evoluiu do imposto de selo sobre faturas, com limites marcados em textos explícitos.”

Elas atrás (pág. 84) dissera:

“Os conceitos que correspondem às diferentes espécies do imposto, se cons-

tam da Constituição, são conceitos de direito constitucional, e não de legislação ordinária. O legislador ordinário somente pode trabalhar com as *variáveis* (grifo do autor), que determinam o valor do imposto ou de algum dos elementos do suporte fático (*v. g.*, tantos por cento se a renda excede de *x*); não pode alterar, de modo nenhum o conceito do imposto”.

Concorda Eduardo Espínola, dizendo:

“A Constituição federal, não definindo nem delimitando diretamente o âmbito do imposto de *vendas e consignações*, torna evidente que o acolheu em seu conceito lídimo, caracterizado nos termos das leis federais então vigentes, acatando-lhes o elemento histórico tradicional.”

Todos os *impostos* atribuídos pela Constituição aos Estados e aos Municípios são tributações conhecidas, tendo na nossa legislação fiscal, que os criou e plasmou, a sua história, a sua figuração concreta; não são normas ou conceitos gerais, como sucede na legislação americana.

Veja-se, por exemplo — “*Section VIII — Cl. 1 — The Congress shall have power to lay and collect taxes, duties, imposts and excises, to pay the debts and provide for the common defence and general welfare of the United States; but all duties, imposts and excises shall be uniform throughout the United States*”. Adiante: *Section IX — “Cl. 4 — No capitation or other direct tax shall be laid, unless in proportion to the census or enumeration hereinbefore directed to be taken — Cl. 5 — No tax or duty shall be laid on articles exported from any states*”. E omitem-se *pro brevitate* outros dispositivos todos do mesmo gênero. Pode dizer-se que a União e os Estados gozam de inteira discricção para criar impostos e taxas, destinados a atender às suas necessidades, respeitadas, porém, as limitações e restrições impostas pela Constituição e o princípio que: “*The powers not delegated to the United States by the Congress, not prohibited by it to the States, are reserved to the States res-*

pectively or to the people" (Emenda X.^a).

Referindo-se à distinção dos impostos em diretos e indiretos, diz Cooley: (*On taxation*, vol. I, § 50, pág. 141 da 4.^a ed.):

"The individual states have always derived their principal revenues from direct taxes, and the federal government from those which are indirect, but this have been matter of selection and policy merely; there being no doubt that each government has power to levy taxes of both descriptions".

O que a Constituição federal americana prescreve é que os Estados podem lançar os tributos que entendam necessários para exercerem os poderes que lhes são por ela reconhecidos. E o poder tributário do Governo federal, embora absoluto, podendo abranger todas as pessoas e bens sob sua jurisdição, não é, entretanto, tão amplo que possa embaraçar ou impedir as atividades constitucionais dos Governos estaduais, a existência e soberania dos quais, dentro das respectivas esferas, a Constituição contempla e assegura. Se o poder tributário federal pudesse ser usado de modo que impedisse ou prejudicasse os Estados no exercício dos poderes que lhes são reservados, estes poderes ficariam à mercê do Legislativo federal porquanto "o poder de tributar é poder de destruir" (James Gray, *Limitations of the taxing power*, n.º 742, págs. 372-3). Mas não há discriminação entre tributos da competência da União Federal e os da competência dos Estados e dos Municípios.

Foi diferente o método usado no Brasil pelo legislador constituinte, desde o primeiro texto constitucional de 1891. Ele foi buscar no arsenal de nossa legislação fiscal os impostos existentes, que cada um tinha a sua origem, o seu desenvolvimento próprio, a sua configuração peculiar, e, tal qual existiam, com os seus caracteres e a sua fisionomia própria, retocada aqui e ali, os distribuiu entre a União, os Estados e os Municípios. De sorte que, por exemplo, no tocante ao imposto de vendas e consignações, que a Constituição

não designou senão pelo nome, o que foi atribuído aos Estados foi este mesmo imposto, tal qual o haviam plasmado os dispositivos da lei federal, que o criara e disciplinara, que ela transferiu à jurisdição dos Estados, os quais, como diz Pontes de Miranda, somente podem trabalhar "com as variáveis que determinam o valor do imposto e de algum dos elementos do suporte fático (*v. g.*, tantos por cento, se a renda excede de x); não pode alterar, de modo nenhum, o conceito do imposto." E, digo eu, não pode, tampouco, alargar o âmbito de sua incidência.

Atenda-se à lição de Eduardo Espinola: "A Constituição federal não definindo, nem delimitando diretamente o âmbito do imposto sobre vendas e consignações, torna evidente que o acolheu em seu conceito lídimo, caracterizado nos termos das leis federais então vigentes, acatando-lhe o elemento histórico tradicional. Pertencera à União esse imposto até 1934, quando foi transferido para os Estados, com o intuito de substituir o de exportação, que então se cogitava de extinguir. A legislação reguladora da matéria conceituou o imposto, limitando-o, com os melhores fundamentos, de ordem econômica e de política tributária, *as operações efetuadas no território nacional*. Assim, a Lei n.º 4.625, de 31 de dezembro de 1922, no art. 2.º, X, precisou que o imposto só se aplica às vendas mercantis *efetuadas dentro do país*." E assim procedeu para não tributar a exportação, o que não competia à União.

O mesmo ocorre no Decreto n.º 16.275, de 22 de dezembro de 1923 (arts. 1.º e 2.º); na Lei n.º 4.984, de 1925, no Decreto n.º 17.535, de 1926, no Decreto n.º 22.601, de 1932; na Lei n.º 187, de 1935.

Nem se alegue, em contrário, o disposto no art. 19, § 5.º, ao dizer que o imposto sobre vendas e consignações será uniforme, sem distinção de procedência ou destino, com o que se teria querido significar que qualquer operação de venda, ainda que para a exportação, pode incidir sob o imposto de vendas e consignações, por ser indi-

ferente o destino assinado às mercadorias. Fale, aqui, por mim, Francisco Campos, no magnífico parecer emitido a respeito da momentosa questão. A razão de ser de tal dispositivo é muito outra: “Como as referidas Constituições (a de 1946, como a de 1934) atribuíram à competência privativa dos Estados a decretação do imposto de vendas e consignações, haveria, sempre, o perigo de que, por meio dêle, pudessem os Estados estabelecer, entre si, discriminações tributárias. Para obviar a êsse perigo é que as Constituições de 34, 37 e 46 impuseram aos Estados, quanto ao imposto de vendas e consignações, a limitação da uniformidade dêsse imposto sem distinção de procedência ou de destino. O que aquelas Constituições tinham em vista não era o mercado externo, mas, precisamente, o mercado interno, cuja unidade econômica procuravam garantir contra o desvario das agressões e retaliações tributárias de um Estado contra outro ou outros Estados. Com aquêles citados dispositivos, o que as Constituições de 34, 37 e 46 visaram resguardar contra possíveis discriminações tributárias não eram importadores e consumidores estrangeiros, mas a homogeneidade ou a unidade econômica do mercado interno, assim como o princípio da igualdade dos Estados, igualdade que não poderia subsistir se fôsse permitido o tratamento diferencial de uns pelos outros, mediante a variabilidade da taxa do imposto de vendas de acôrdo com a procedência ou o destino das mercadorias sôbre as quais incidisse aquêlê imposto.

Os dispositivos constitucionais em questão, diz o eminente jurista, corroboram a tese, de que, na concepção dos legisladores constituintes, o imposto de vendas e consignações continuava, quanto à sua incidência, a ser o imposto federal do mesmo nome, tendo o seu campo de incidência coextensivo no espaço interior a que se circunscreve o comércio pròpriamente nacional, por oposição ao comércio externo, de que a exportação é uma das fases ou momentos.

Mas o imposto de vendas e consignações sôbre as vendas para o exterior é *bel et bien* um imposto de exportação, que o Distrito Federal não pode cobrar senão sôbre mercadorias de sua própria produção. Ora, o Distrito Federal não é produtor de café. Os cafés que se exportam pelo pôrto do Rio de Janeiro são todos de produção dos Estados circunvizinhos, que não têm outro escoadouro para os bens de uma produção, ou ao menos não dispõem de um pôrto convenientemente aparelhado para a exportação de seus produtos senão o pôrto do Rio de Janeiro. E o Distrito Federal, que goza da situação privilegiada de ter no seu território um pôrto, construído, aparelhado e custeado pelo Governo federal, entende, desacertadamente, poder utilizar-se dessa circunstância para, sob o nome errado de imposto de vendas e consignações, tributar a exportação de mercadorias procedentes de outros Estados.

Ora, declarou o egrégio Supremo Tribunal Federal, no recurso extraordinário n.º 6.234, de 9 de maio de 1945 (*Revista de Direito Administrativo*, vol. 4, pág. 191), “não é permitido ao poder tributante descaracterizar o imposto, alterando-lhe o conteúdo e a natureza, embora mantido o rótulo, a designação, o *nomen juris*.” E vem aqui a talho de foice a advertência de Pontes de Miranda, (*Comentários*, vol. II, pág. 84): “A composição do suporte fático (*Thatbestand*) sôbre o qual incide a regra jurídica de imposição, *v. g.* negócio jurídico entre vivos sôbre transmissão de propriedade imóvel, morte do *de cujus* e partilha ou adjudicação dos bens (imposto de transmissão de propriedade imóvel por causa de morte), mercadoria de produção no território do Estado-membro, ou do Distrito Federal, ou de Território, *mais* exportação da mercadoria (imposto de exportação) é que distingue os impostos, determinando-se a competência da unidade impositora e a impossibilidade do tributo segundo a Constituição. Não o *nomen juris*. Não importa se o nome foi errado. O imposto, em cujo suporte fático há os elementos do imposto sôbre vendas e con-

signações, é impôsto sobre vendas e consignações, ainda que se chame de transmissão de bens corpóreos; o em cujo suporte fático há os elementos do impôsto de exportação é impôsto de exportação, ainda que se lhe dê o nome de impôsto sobre vendas e consignações.”

É esta a lição de Cooley: (*On taxation*, § 56) “*In determining what kind of a tax a particular tax really is, the name given by the statute imposing it is not controlling. But while the mere declaration in a statute that the tax shall be regarded as a tax of a particular character does not necessarily make it so, yet such a declaration is entitled to much weight*”. Em abono do que o autor invoca o julgado da Côrte Suprema no caso *Flint v. Stone Tracy Co.* (*Reports* 55, *Lawyers Edition*, p. 339).

É isto o que ocorre no caso *sub judice*. Basta *prima facie* atender à formulação dos dispositivos da lei municipal, referentes à espécie. Referem-se êles às operações estritamente conexas à exportação das mercadorias. Diz o item *i* do art. 4.º do Decreto n.º 11.251, de 31 de dezembro de 1951: “O impôsto sobre vendas e consignações é devido à razão de 2,7%, e será calculado: — *i*) nas vendas realizadas para comprador domiciliado fora do território nacional, sobre o valor da fatura comercial, convertido ao câmbio do dia, quando em moeda estrangeira, e ainda, sobre o ágio, nas operações vinculadas a importações.”

No esforço de coarctar nos extremos de um impôsto sobre vendas um tributo que incide, na realidade sobre a exportação, o legislador municipal procurou cindir uma operação complexa, que é a exportação, em seus elementos componentes, separando o ato jurídico da venda da mercadoria do fato da sua remessa subsequente para o exterior, quando os dois elementos são praticamente inseparáveis. A operação é uma só: a exportação, a qual se constitui pela junção dos dois elementos indissociáveis: a venda da mercadoria para efeito, em seguida, da sua remessa para o exterior. O fato da remessa para o exterior tem

por pressuposto necessário a operação comercial, o ato jurídico da venda, mas venda para exportação.

Sem dúvida, na exportação há uma venda, tal como nas vendas no interior do Estado ou para outros Estados. Mas, precisamente, a operação de venda da mercadoria para exportação, seguida da exportação de mercadoria, é o que caracteriza nitidamente o impôsto de exportação, o qual, entretanto, só pode incidir sobre mercadorias de produção do Estado tributante, e o discrimina do impôsto de vendas e consignações, que não sofre esta mesma limitação. É pela sua “causa final” (a exportação) que o ato (a venda) se qualifica e caracteriza.

O impôsto, portanto, de que trata a lei municipal (regulamento n.º 11.251, de 31.XII.1951, art. 4.º, letra *i*) é, positivamente, inconstitucional, por ser um verdadeiro impôsto de exportação, que recai sobre mercadorias que não são de produção do Distrito Federal.

Mas, ainda da eiva de inconstitucional padece o tributo, por infringir o disposto no art. 27 da Constituição federal, que veda à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, estabelecer limitações ao tráfego de qualquer natureza por meio de tributos interestaduais ou intermunicipais. Com efeito, êste impôsto, recaindo sobre mercadoria de outro Estado destinada à exportação, não incorporada à riqueza da unidade federativa por onde se realiza a exportação, é um verdadeiro impôsto interestadual, por meio do qual a entidade política tributante pode chegar a sufocar a economia da outra unidade, donde procede a mercadoria destinada à exportação, máxime, como sucede com o Estado de Minas Gerais, quando a mercadoria em trânsito tributada é a base principal dessa economia.

A palavra “tráfego” deve ser tomada aqui, não só na acepção restrita de transporte ou circulação material de pessoas e bens (*circulation routière, fluviale, maritime*), mas, igualmente, no sentido geral de comércio, trato mercantil, tráfico. Como observa argutamente Pontes de

Miranda, (*Comentários*, II, pág. 117), “se algum Estado-membro ou Município só puder exportar (isto é, remeter para o exterior) os seus produtos *passando* por outro Estado-membro, por Território ou pelo Distrito Federal, esse outro Estado-membro, esse Território ou o Distrito Federal não pode lançar imposto de exportação sobre tais produtos, porque a exportação não é sua”.

Ora, o que pretende fazer o Distrito Federal, é, sob o disfarce do nome de imposto de vendas e consignações, lançar um tributo que grava a exportação de mercadorias de produção, sobretudo, do Estado de Minas Gerais, que tem na produção do café um dos mais fortes esteiros de sua economia. Com embaraços desta natureza, os Estados mediterrâneos, os que não dispõem de portos marítimos, situados no seu próprio território, por onde possam ter livre saída os produtos de seu solo, fruto do trabalho de seus habitantes, podem ver estancada uma das fontes de sua riqueza pela tributação de outro Estado-membro ou de Território ou do Distrito Federal. Com isto sofre igualmente a economia nacional, prejudicada que é a exportação de mercadorias, que produzem divisas necessárias às importações indispensáveis para o nosso desenvolvimento econômico. Porque, advirta-se e isto é importante, se se admitir a dissimulação do *impôsto de exportação* sob o rótulo de *impôsto de vendas e consignações*, já não funciona o limite máximo de 5% *ad valorem*, estabelecido no artigo 19, n.º V, da Constituição federal, e o impôsto municipal, que era de 2,7%, e já subiu para 4% (Lei n.º 820, de 22 de julho de 1955, art. 52) poderá ascender a 6, 8, 10 e mais por cento.

Para melhor aquilatar o estôrvio à exportação, que representa para a economia dos Estados-cafeeiros, o impôsto municipal batizado com o nome de “*impôsto de vendas e consignações*”, basta considerar alguns documentos que me foram fornecidos pelos consulentes.

Para os cafés de sua produção, destinados à exportação, o Estado de Minas

Gerais fornece uma “*Guia de Exportação para o Exterior do Brasil*”, organizado de acôrdo com as exigências do Governo federal para a estatística de exportação.

Sujeitas a essas exigências são tôdas as mercadorias nacionais ou nacionalizadas, saídas de qualquer ponto do Brasil para o exterior. Nessa guia se mencionam, além das marcas e da quantidade dos volumes, a especificação minudente das mercadorias (por ex., 1.000 sacas de café em grão, pesando líquido 60.000 ks.), o valor comercial e o valor em dólares da mercadoria.

No curso do caminho para seu destino, que é a exportação, vê-se o proprietário detido pela autoridade fiscal do Município, que sobrecarrega a mercadoria de procedência do Estado de Minas Gerais e destinada a ser remetida para o exterior, com mais um impôsto de 2,7%, e agora 4% *ad valorem*. Impôsto de venda? Não; bem caracterizado impôsto de exportação!

Segundo uma informação oficial do Centro de Comércio de Café do Rio de Janeiro, o total de impostos e taxas sobre o café, cobrados (legitimamente) pelos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, são, nesta data, e aos preços atuais do mercado, os seguintes: Estado de Minas Gerais — Cr\$ 175,00 por saca de 60 kgs.; Estado do Espírito Santo — Cr\$ 221,00 por saca de 60 kgs.; impostos pagos aos respectivos postos fiscais, no momento em que os cafés transpõem os limites do Estado, em demanda aos portos de exportação.

Se acrescentássemos a essas importâncias o impôsto do Distrito Federal chamado de “*vendas e consignações*”, a saber, à taxa atual de 4% sobre o valor da fatura em dólares, ao preço de Cr\$ 70,00 o dólar, a que preço ficará cada saca de café exportado?

É um pesado gravame sobre a mercadoria com séria repercussão sobre a economia estadual, se soubermos, como informa oficialmente a *Secretaria de Fi-*

nanças — *Delegacia do Estado de Minas Gerais no Rio de Janeiro*, ao Secretário do Centro do Comércio de Café no Rio de Janeiro, que os totais dos cafés mineiros exportados pelo pôrto do Estado do Rio de Janeiro, durante as quatro últimas safras cafeeiras, foram os seguintes:

Safras	Encaminhados	Exportados
1952/953	— 1.744.056	— 1.702.379
1953/954	— 2.754.159	— 2.552.204
1954/955	— 2.689.152	— 2.460.772
1955/956	— 2.645.548	— 3.298.728

As diferenças, para menos, entre os cafés encaminhados ao pôrto do Rio de Janeiro, nas três safras de 1952/955, correspondem a cafés retidos, que se exportaram na safra de 1955/1956, donde o excesso da exportação que se nota nos algarismos referentes a esta última safra. Quer dizer, que, no tocante aos cafés de Minas Gerais, tôda a safra encaminhada ao pôrto do Rio de Janeiro, foi destinada à exportação. E é esta safra de um estado limítrofe que o Distrito Federal intercepta no seu caminho para o Exterior, gravando com o impôsto, agora de 4%, mas que poderá ser de 6, 8, 10 ou mais por cento, uma mercadoria de um Estado que é forçado a se utilizar do pôrto do Rio de Janeiro para escoar para o consumo externo a sua própria produção. Que não representará para a economia mineira o ônus de um impôsto dêstes sôbre o valor dessa mercadoria?

Porque o impôsto sai, indiretamente, através do exportador do Rio de Janeiro, do bôlso do produtor mineiro, espírito-santense, goiano, ou por um maior dispêndio, com que deverá arcar, ou com uma perda que terá de suportar, dado que receberá menos preço pela mercadoria por êle produzida.

Coaduna-se esta prática inamistosa com o elo que estreita, entre si, os di-

versos Estados da Federação brasileira? Poderá admitir-se que uma das unidas componentes desta Federação tire proveito de sua situação geográfica e da existência em seu território de um pôrto construído, aparelhado e custeado com os recursos fornecidos pelos impostos gerais pagos por todos os cidadãos brasileiros, para alimentar as suas finanças à custa do esforço produtivo de um dos Estados irmãos?

Advirta-se que esta situação difere do que ocorre no Estado de S. Paulo que não tributa, com o impôsto de vendas e consignações, senão os cafés que o próprio Estado produz. Pode pretender-se, ao meu ver com razão, que êste Estado — cuja Constituição veda o impôsto de exportação — estará cobrando, disfarçadamente, êste último impôsto ao fazer incidir sôbre os cafés exportados o impôsto de vendas e consignações. Mas ao menos semelhante tributo não grava senão os cafés de produção do Estado, sem prejuízo da economia de nenhum dos outros Estados-membros. O que não sucede no caso do Distrito Federal que, não sendo produtor de café, pretende tributar os cafés de proveniência e produção dos Estados limítrofes, prejudicando-lhes a economia.

Não posso, pois, deixar de concluir, com os nossos melhores juristas, que o impôsto chamado de vendas e consignações, lançado pelo Distrito Federal sôbre cafés de produção dos Estados limítrofes, destinados a exportação para o Exterior e em caminho para serem exportados, é, sob todos os pontos de vista sob que se considere, inconstitucional e, portanto, nulo.

É o meu parecer *pro veritate*, s. m. j.

Rio de Janeiro, julho de 1956. — *José Sabóia Viriato de Medeiros*, Advogado no Distrito Federal.